Apresentação

Eis a edição de 10 anos da Revista Terceira Margem Amazônia. Que alegria! Foi uma longa jornada, pensada em 2019 e iniciada antes de deflagrada, em 2020, a pandemia no mundo e no Brasil. A revista, coerente com sua vocação, não poderia ignorar esse acontecimento mundial de caráter histórico, que se desenrola, ainda, em uma cadeia de situações políticas, econômicas, sociais e geográficas. Toda a edição se configurou em grandes desafios para os editores: primeiro em manter o equilíbrio diante das perdas de colaboradores e familiares; depois, em termos políticos, de pesadas demandas do movimento fascista que fez adoecer os setores da vida política e intelectual no Brasil.

Em caráter especial, a revista Terceira Margem Amazônia convidou autores de reconhecimento e com conhecimento na temática "M*emória e ação política do campesinato na Amazônia"* para contribuírem com esta edição. Agradecemos o empenho e a dedicação dos autores, editores e organizadores por trazerem experiências locais, memórias, ações coletivas, resistência à barbárie, projetos sustentáveis, todos partindo de estudos e pesquisas, o que muito contribui para perceber, em primeira instância, antigas discussões sobre mineração, estrutura fundiária, a continuidade dos conflitos da violência e da grilagem de terra, as formas de organização da agricultura no capitalismo vinculadas aos grandes empreendimentos na Amazônia, a atuação de instituições, bem como análise de diferentes políticas públicas rurais com base em pesquisas empíricas, consistindo em compreender, entre outras concepções, novas formas de atuação do campesinato em curso na região.

Apresentamos, na primeira parte, o Corpus, com 6 artigos, 2 resenhas, 1 nota de pesquisa e 4 resumos de trabalhos acadêmicos. Na seção Práxis, trazemos 1 relato de experiência, 1 debate e 1 entrevista.

O primeiro artigo, Ações Coletivas e Resistências Camponesas no Contexto de Expansão da Dendeicultura no Nordeste Paraense, dos autores Éberton da Costa Moreira e Heribert Schimitz, trata da expansão da dendeicultura no Nordeste Paraense. Eles identificam as ações realizadas coletivamente por meio de organizações e associações, grupos de camponeses, sindicatos em alguns municípios que resistem ao mercado de terras.

Na sequência temos o artigo de Marcelo Sampaio Carneiro, intitulado O Movimento de Ocupações Camponesas na Pré-Amazônia Maranhense: Oportunidade Política, Mobilização de Recursos e a Gramática de uma Luta pela Terra, que analisa o movimento de ocupações de terra desenvolvido nos anos 1980, na região da Pré-Amazônia Maranhense. Destaca o papel do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru-MA) no processo de organização do movimento de ocupações ao final dos anos 1990. O autor trata também da conjuntura política e econô-

mica que favoreceu o desenvolvimento da mobilização e aponta a questão do trabalho camponês investido na terra como elemento central para justificar o direito desse grupo às áreas ocupadas.

Mais adiante, temos Dilma de Oliveira Leão, com o artigo Igarapé-Miri, PA: De Pequenas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) à "Capital Mundial do Açaí". O estudo revela como as comunidades de base com fundamentação na Teologia da Libertação, com a vertente no "protagonismo", levaram o ribeirinho a se organizar no Projeto Mutirão, que agregou cooperativas, comunidades de base, sindicatos e grupos populares, universidades em seus processos de lutas para a elaboração de um conjunto de ações, conseguindo legar à população um novo padrão de produção e manejo do açaí, fonte de cultivo sustentável capaz de resgatar os setores econômicos, políticos, sociais de nível local e consequentemente elevar o município à categoria de capital mundial do açaí.

No artigo A Prelazia de Cametá e os Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa, Joenia Nunes dos Prazeres e Rafael Siqueira Monteiro analisam o Projeto Sítios Agrícolas das Colônias de São Vicente e Ponta Grossa, da comunidade de Carapajó, município de Cametá (Pará, Amazônia, Brasil). O projeto se constituiu no repasse de lotes para o cultivo e também para moradia de trabalhadores rurais pela Prelazia de Cametá, entre as décadas de 1960 e 1980. Período em que a Igreja Católica, na América Latina, estava voltada para as questões sociais e para a promoção humana, fortemente influenciada pela Teologia da Libertação.

Ricardo Rezende Figueira, em seu artigo Gringo e Oneide, uma História no Araguaia, retrata os anos 1970 e 1980, destacando a luta pela terra e pela organização sindical, entrelaçados com a atuação do governo e de outros atores: fazendeiros, pistoleiros, policiais, prefeitos e agentes pastorais no ápice da ditadura civil-militar. Destaca as ações da igreja no Araguaia, no sul do Pará, que versava diálogo com a Teologia da Libertação, opondo-se ao modelo político da época, que agia violentamente contra os camponeses. Como resultado de um contexto de perseguições às lideranças camponesas, o assassinato de Gringo, em 1980.

O texto Conflitos Fundiários e Ambientais na Reserva Natural Canguçu, Tocantins, de Vanessa Lima Araújo Luz e Ludmila Normanha Benedetti Furtado, faz uma revisão bibliográfica das Reservas Particulares de Patrimônios Naturais (RPPNs), pontua a Unidade de Conservação (UC) Canguçu, em Tocantins. Os vários trabalhos de análise da regulamentação, configuração territorial e investigação dos possíveis conflitos fundiários e/ou ambientais no local apontam a UC Canguçu como um dos sistemas naturais mais ricos em biodiversidade do País.

A Nota de Pesquisa da socióloga Rosinda da Silva Miranda, intitulada Mulheres e Ditadura: A Trajetória de Izabel Tavares da Cunha e sua Contribuição para a Democracia e os Direitos Humanos no Pará, traça a trajetória de vida de Izabel Marques Tavares da Cunha, importante ativista na luta por democracia, direitos humanos e feminismo na Amazônia. Seu período de atuação se desenvolveu principalmente nas décadas de 1960, 1970/1980 até meados de 1990. Iza Cunha, como era conhecida, contribuiu para a criação de movimentos populares que ajudaram a dar origem a instituições, entre outras, como: a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH), Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC).

Duas resenhas compõem esta edição: uma bibliográfica e outra disponibilizada em livro. Na primeira resenha: Jean Hébette: Bibliografia de um Utopista, os antropólogos Cesar Martins

de Souza e Tânia Nazarena de Oliveira Miranda revisitam três escritos de Jean Hébette. A primeira obra: *O cerco está se fechando*, com o artigo A Luta Sindical em Resposta às Agressões dos Grandes Projetos, publicado em 1991; a segunda obra: *Na trilha dos grandes projetos – modernização e conflito na Amazônia*, com o artigo: O Grande Carajás: Um Novo Momento da História Moderna da Amazônia Paraense, publicado em 1989; a terceira obra: *Cat: ano décimo*, livro comemoração de 10 anos do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), organizado em seis partes, começando por dialogar sobre as origens do CAT, publicado no ano de 2000. Jean Hébette privilegiou grandes questões sobre o campesinato na Amazônia. A maioria de seus escritos tem parceria com outros autores e pesquisadores que demonstram o compromisso de uma linha aliada à ciência e à militância sem perder os critérios científicos. A segunda resenha, Heranças Escravistas e Ambiguidade Política. Brasil e Américas. Século XVI – Séculos XIX/XX, publicada em 2021, produzida por Armando Gutembeg Diniz Guerra, apresenta um conjunto de textos publicados como decorrentes de vários trabalhos acadêmicos feitos pelo professor José Alberto Bandeira Ramos. O autor traz o conceito de classe marcado pelas formações políticas de estados mercantilistas baseados no escravismo em permanente tensão com a chegada do capitalismo fundado no assalariamento e, ainda, demonstra a dependência e subordinação da sociedade civil, povo ou nação ao Estado que historicamente se tornaram atreladas a uma classe dominante poderosa, rigorosamente controladora do funcionamento da economia e do comportamento dos seus subordinados.

A edição oferece ainda quatro resumos de trabalhos, concluídos nos anos 2018 a 2021, dos quais dois de mestrado e dois de doutorado.

Na seção Práxis apresentamos a vida do líder camponês Manoel Conceição Santos, ou simplesmente Mané. Fazer a releitura da vida de Mané, de suas experiências de resistência, marcadas pela violência do Estado e do latifúndio, exigiu esforço extra. Mané faleceu em 2021, aos 86 anos, em plena pandemia. Os editores responsáveis, João Paulo Maciel e Tânia Miranda e Lindomar Silva, buscaram, na entrevista com a família, lideranças de seu convívio de sonhos e lutas, um pouco mais dos caminhos de Manoel da Conceição. Encontramos, por meio das entrevistas ao filho Manoel dos Santos (Manoelzinho) e à filha, Raquel Santos, na memória, a dor, os medos e a ausência do pai, político e líder camponês, mas também como filhos consanguíneos de Mané, que assumem a continuidade e perenidade de seus sonhos e lutas concretas. O legado de Manoel da Conceição é vivo, militante.

Como Indigenista e Missionário Leigo com o Povo Tembé é o testemunho de Cledemir Teodoro do Couto Monteiro, antropólogo e missionário que atua há 35 anos nas aldeias no Alto do Rio Guamá, no Pará. O autor faz um interessante relato sobre o gravíssimo problema fundiário enfrentado pelo Povo Tembé, nos anos 1970 a 1990. O território sofreu com todos os tipos de invasores: madeireiros, fazendeiros, posseiros incentivados por políticos e que pretensiosamente tinham a finalidade de diminuir a terra indígena. O processo de formação e acompanhamento, por meio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), levou à homologação das terras em 1993.

Na seção Debate, André Carlos de Oliveira Rocha, militante do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Movimento dos Sem Terra (MST), sobre o campesinato na Amazônia, considera que, do período da década de 1980, quando surgiu o MST, aos dias atuais, a luta esteve inicialmente protagonizada pelo campesinato de fronteira. Nos últimos anos, prota-

gonizada pelos indígenas, como mostram os dados de conflito no campo, de 2021, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em que o grupo que mais se envolveu em conflito, com 38%, foi o dos povos indígenas, seguido pelos sem-terra e assentados. Há uma necessidade histórica, e a conjuntura exige a construção de um projeto camponês para a Amazônia, uma proposta que gere unidade entre as organizações, que permita enfrentar o capital e construir uma sociedade baseada em justiça social.

Em termos gerais, os estudos e pesquisas aqui apresentados trazem leituras em diferentes escalas, dialogando com os distintos paradigmas e perspectivas teóricas. Queremos mais uma vez agradecer por todo o empenho para a publicação de celebração dos 10 anos da Revista Terceira Margem Amazônia.

Desejamos que os leitores aproveitem ao máximo o material aqui produzido. Boa leitura!

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda

João Paulo Santana Maciel

Lindomar de Jesus de Sousa Silva

Editores responsáveis